



## **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2025, REALIZADA EM 10/04/2024, ÀS 19h00.**

Ao décimo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, no auditório da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Marleciene Priscila Presta Bonfin, nesta municipalidade, compareceram os que assinaram à lista de presença, às dezenove horas, para a audiência pública de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025. Dentre os participantes destacamos a presença de Tiago da Cunha Ramos (Conselho Municipal da Educação), de Patrícia Pratalli (Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-FUNDEB), de Rosângela F. Souza (Conselho Municipal da Saúde), da sra. Maria das Dores (Conselho Municipal da Saúde), de Denivaldo M. da Encarnação (Presidente da parada LGBT), de Giovanna P. Porto (Conselho Municipal da Saúde e da Mulher) e de Fabia Celia B. Silva (presidente do Conselho FUNDEB). Pedro Victor Capossóli Miguel, Economista do Departamento de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Finanças, iniciou a audiência dando as boas-vindas, agradecendo a presença de todos e explicando sobre a participação cidadã aos convidados, informando-os que a participação na votação das ações poderia ser realizada através do QR-Code, apresentado em folders alocados na entrada e slide presente no início da apresentação. Em prosseguimento, chamou ao palco o sr. Antônio Agnelo Bonadio, Secretário Municipal de Finanças. Em seu turno Bonadio deu as boas-vindas, agradeceu a presença dos participantes e resumidamente, explicou sobre a LDO, lembrou que no próximo ano, haverá além da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual) um novo PPA (Plano Plurianual), afinal o PPA deste exercício se encerrará em 2025 destacando para tanto, a importância da participação de todos convidando-os desde logo para o evento, ressaltou que todas as decisões serão revertidas em prol dos interesses da população hortolandense citando que os recursos públicos podem ser visualizados, por exemplo na estrutura do prédio em que se realizava o evento, tais como a energia elétrica, alimento dos alunos, limpeza dos toaletes, sabão, papel informando que tudo é pago com recursos públicos, portanto, devem ser bem aplicado aos fins que se destinam. Bonadio agradeceu novamente a presença dos participantes em sequência, passou a palavra ao Sr. Cristiano Rezende Penha, Economista do Planejamento Orçamentário, por sua vez, cumprimentou a todos, se apresentou e passou às explicações. De início já informou que os próximos passos a serem dados pelo presente projeto de lei seria encaminhá-lo ao crivo dos vereadores. Em sequência passou a destacar importância do Planejamento na Gestão Pública e Legislação, dos quais estão envolvidos as demandas da população o Planejamento Estratégico de Governo, Planejamento Administrativo (recursos humanos, capacitação, inovação e modernização) e Planejamento do Desenvolvimento e da Ocupação do Espaço Urbano e Rural, que culmina na formalização das Leis do Plano Plurianual



(PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, constando nessas as intenções do Administrador Público, ressaltou que nada é feito pela prefeitura sem que tenha passado pelo planejamento. Em resumo, na base se encontra as Diretrizes Estratégicas do Governo são previamente definidas, em muitas vezes nas campanhas eleitorais, lembrando que são atualizadas no decorrer do tempo de acordo com as demandas da população. Todo isso norteiam as políticas públicas, em seguida explicou que o PPA é o planejamento de quatro anos, a LDO orienta as ações do ano seguinte, objeto da audiência, e a LOA é o detalhamento da receita e da despesa. De acordo com o Cristiano, as políticas públicas podem ser representadas através de uma linha que se encontra entre os recursos financeiros, recursos humanos e estrutural e limites legais ressaltando que os recursos finitos, e de outro lado temos as demandas que são infinitas tais como pela educação, saúde, segurança, infraestrutura, cultura e lazer, destacou que o objetivo do planejamento seria encontrar o equilíbrio, atendendo ao máximo as demanda da população (lembrando que são praticamente infinitas) com os recursos disponíveis (finitos). Após, explanou sobre o Orçamento Público e a necessidade de que todos conheçam o orçamento, pois não é muito diferente do orçamento doméstico, tendo suas ressalvas e devidas proporções, mas ambos possuem receitas e despesas (chamadas de custeio) e que só se pode assumir novas despesas após o cumprimento das obrigações já em andamento, avaliando-se a possibilidade de novos investimentos (remanescente do custeio). Dando sequência, Cristiano explicou que as normas a serem apresentadas estão fundamentadas na Constituição Federal, na lei de Responsabilidade Fiscal dentre outras resultando no PPA (Plano Plurianual) que estabelece programas, ações e metas para 4 anos iniciando-se no primeiro ano de governo com término no primeiro ano do governo seguinte, a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) que estabelece as principais metas e as diretrizes para o orçamento do ano seguinte e por fim da LOA que é o orçamento anual onde vai o detalhamento das prioridades que foram alocadas na LDO. Cristiano pontuou que cada ano do PPA gera uma LDO e uma LOA frisando que se trata de uma previsão, podendo haver alterações no decorrer do exercício. Em continuidade, Cristiano passou a explicar sobre a estrutura e codificações que resultam nas despesas e os indicadores que seguirão em anexo à lei. Explicou que a estrutura orçamentária da despesa, é composta pelo Órgão, Unidade Orçamentária, Unidade Executora, Função, Subfunção, Programa, Ação, Categoria Econômica, Natureza da Despesa, Modalidade da Aplicação, Elemento de Despesa e a Fonte de Recurso, contudo na LDO e no PPA é encaminhado até o nível de ação e apenas a LOA segue com demais detalhamentos. Os objetivos da LDO é identificar quais as diretrizes que nortearão a LOA; definir programas, ações, produtos e metas para o próximo ano (com as prioridades para alocação de recursos do exercício); Programas e ações em consonância com o PPA; o custo anual dos programas e ações; apresentação do resultado primário e nominal o montante da dívida pública consolidada e líquida (Anexo de Metas Fiscais); Evolução do Patrimônio Líquido; Demonstrativo de receitas e despesas com alienação de bens; Situação Financeira e Atuarial (Previdência Pública); Estimativa Da Renúncia De Receitas Se Houver E Estimativa De Riscos Fiscais (Anexo de Riscos Fiscais). Após, Cristiano fez uma breve explanação



acerca das etapas para elaboração da LDO dividindo-as em 6 principais: **1)** Cálculo da previsão da receita para o exercício 2025 para tanto foram utilizados vários parâmetros dentre as quais podemos citar: a arrecadação dos anos anteriores; considerando a inflação. O IPCA, a variação do PIB, Índice de Participação do Municípios, históricos, etc. **2)** Cálculo de previsão de despesas para o exercício de 2025 que são observados outros parâmetros, dentre os quais citamos: os gastos de 2024, reajustes previstos, aplicação da máquina pública, convênios específicos de cada área, etc. Lembrando que algumas despesas fixas tais como: Folha de Pagamento (até 51,30% da RCL); Dívidas do Município (juros e amortizações); repasse à Câmara dos vereadores; Contratos (garantir recursos para a continuidade daqueles em andamento); Obras (garantir recursos para a continuidade daquelas em andamento); outros custeios; sobrando recursos remanescentes poderemos incluir novas despesas. **3)** Observância aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, tais como Gastos com pessoal (54% limite e 51,30% limite prudencial da RCL); Ensino (mínimo 25% da arrecadação de impostos); Saúde (mínimo 15% da arrecadação de Impostos); Despesas com profissionais da Educação: mínimo 70% FUNDEB e receitas e despesas devem estar equilibradas ao nível de fonte de recursos e vinculação. **4)** Texto do Projeto de Lei e Mensagem. **5)** Anexos e Gráficos. **6)** Data limite para entrega da LDO na Câmara: 15/04/2024. Já adentrando ao conteúdo da LDO teremos a Mensagem do Prefeito ao Legislativo, o projeto de Lei, Anexo V (programas), anexo VI (ações), Quadros da LOA 2025, Anexo das Metas e Riscos Fiscais, Principais Investimentos e Ações e por fim os gráficos. Em sequência Cristiano passou a discorrer sobre as projeções de receitas previstas na LDO 2025 iniciando sobre a evolução em comparação com os exercícios anteriores, nos quais temos uma evolução de 6,8% em comparação ao orçamento para o exercício 2024 (R\$ 1.610.610.000,00) o que performou o montante de R\$ 1.720.325.000,00 para tanto foram utilizados os seguintes parâmetros PIB de 2,5%, inflação 3,5% e dólar a US\$=R\$ 5,00 (valores obtidos via IPEA/Boletim Focus). A Evolução da Receita Corrente Líquida (RCL) resultou em uma previsão de R\$ 1.398.349.700,00 (crescimento de 7,1% em relação ao orçamento para o exercício de 2024). Das Receitas por categoria Econômica temos Transferências Correntes Líquidas (exemplo FPM, SUS, FUNDEB, FNDE, FNAS, ICMS, IPVA) totalizando 49% R\$ 839.503.180,00; Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias (ISS, IPTU, ITBI, IR, Taxas entre outras) que corresponde a 28% R\$ 491.501.000,00; Operações de Crédito 5% R\$ 89.000.000,00; Receita de Contribuições, inclusive Intra-orçamentárias 10% R\$ 173.669.000,00; Outras Receitas Correntes 2% R\$ 33.368.520,00; Receita Patrimonial 3% R\$ 47.652.000,00; Transferências de Capital 2% R\$ 30.621.300,00; Alienação de Bens 1% R\$ 15.000.000,00; Receita de serviços não performam significativamente 0% R\$ 10.000,00, neste momento Cristiano exemplificou com o Imposto Predial e Territorial Urbano onde apesar de importante não é a principal fonte de receita do município citando as Transferências Correntes como maiores receitas representando quase a metade da arrecadação. Na sequência Cristiano trouxe o mesmo valor, no entanto, dividindo a Receita por fonte do recurso, portanto, temos 62% são do Tesouro que corresponde ao valor de R\$ 1.058.153.520,00, 12% Transferências e Convênios Estaduais Vinculados cujo valor é de R\$



203.846.100,00, 11% Recursos Próprios da Administração Indireta que corresponde a R\$ 188.655.000,00, 5% Operações de Crédito que representa um valor de R\$ 89.000.000,00, 10% Transferências e Convênios Federais - Vinculados que corresponde a R\$ 175.586.380,00, e por fim Recursos Próprios de Fundos Especiais de Despesa e outros que representa o valor de R\$ 5.084.000,00, não representando valor percentual significativo. Da Receita Total, há que se considerar os recursos destinados à Câmara Municipal e ao Instituto de Previdência cujo valor é de R\$ 238.827.000,00 e o valor de R\$ 134.621.300,00, referente receitas de capital, (oriundas de convênios federais e/ou estaduais e operações de crédito, ressaltou que tal recurso é “carimbado”, ou seja, não tem livre movimentação). Desta forma, a receita líquida do Tesouro para 2025 da Prefeitura é de R\$ 1.007.981.520.000,00, referente a 58,6% da receita total recurso este de “Livre Movimentação”. Em prosseguimento, Cristiano apresentou a Despesa da Prefeitura inicialmente ressaltou que o recurso total está orçada na ordem de R\$ 1.720.325.000,00, conforme demonstrado anteriormente, no entanto, do valor total ainda deduzir-se-á 3% destinado à câmara (R\$ 50.172.000,00) e ao Instituto de Previdência 11% redonda o valor de R\$ 188.655.000,00, restando ao executivo 86% resultando o valor de R\$ 1.481.498.000,00. Do valor atribuído a prefeitura Cristiano distribuiu por categoria econômica, portanto, 37% estão voltados a atender despesas com Pessoal e Encargos Sociais R\$ 554.034.805,00, 44% com Outras Despesas Correntes R\$ 645.478.695,00, 8% com Investimentos R\$ 123.804.500,00 (o renascente, em sua maioria proveniente de operações de crédito, convênios), 11% Encargos (dívidas, Precatórios, PASEP e Aporte Previdenciário) R\$ 157.180.000,00, Reserva de Contingencia R\$ 1.000.000,00, sendo que não apresenta percentual significativo. Após, apresentou a destinação dos recursos por Secretaria onde do montante de R\$ 1.481.498.000,00, será distribuído da seguinte forma: 27% para Secretaria Municipal de Educação Ciência e Tecnologia R\$ 400.694.300,00; 27% para Secretaria Municipal de Saúde R\$ 404.044.230,00; 11% Secretaria de Finanças (encargos gerais) R\$ 158.081.000,00 somando-se 1% R\$ 18.118.220,00 ; 6% Secretaria de Obras R\$ 95.699.700,00; 5% para Secretaria de Serviços Urbanos 80.357.350,00; 4% Secretaria de Administração e Gestão de Pessoal R\$ 62.489.700,00, 3% Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social e Governo representam R\$ 41.992.100,00; 4% Secretaria de Mobilidade Urbana R\$ 63.633.300,00; 2% Secretaria de Segurança R\$ 28.670.500,00; 1% Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável R\$ 20.845.400,00; 2% Secretaria de Governo R\$ 29.611.100,00; 1% Assuntos Jurídico R\$ 11.602.000,00; 1% Planejamento Urbano R\$ 17.928.100,00; 1% Esporte e Lazer R\$ 14.150.100,00; 1% Cultura R\$ 15.719.600,00; 1% Habitação R\$ 8.304.200,00; Poder Executivo Municipal R\$ 2.423.000,00 e Desenvolvimento Econômico R\$ 6.134.100,00 ambos não representaram valor percentual significativo. O economista ressaltou ainda que apenas as secretarias Educação e Saúde ficaram com praticamente 50%, isso porque o município possui várias escolas, várias unidades de saúde e muitos servidores nestes locais. Com relação a secretaria de Finanças o montante total foi dividido em duas partes, os encargos do município ficam alocados na secretaria de finanças, mas não são utilizados apenas para esta secretaria sendo que para usar realmente na secretaria restarão



1%. Ainda em relação à aplicação dos recursos para o próximo exercício, o grupo de receitas de impostos e transferências que estão entre elas o IPTU, ITBI, ISS, FPM, ICMS, IPVA, Dívida Ativa de Impostos, Multas de Impostos, entre outras, que totalizam uma projeção de R\$ 1.038.008.000,00, valor este utilizado como base para aplicação do percentual mínimo de 25% aplicados no Ensino e 15% na Saúde (recursos do tesouro), observou-se que na Saúde e no Ensino os percentuais estimados estão acima do mínimo previsto em lei, sendo respectivamente de 25,52% (R\$ 264.949.050,00), e 25,35% (R\$ 263.152.700,00), e as demais áreas com 49,12% (R\$ 500.906.250,00). Em sequência, trouxe informações sobre a projeção de Dívida Fundada, tais dados são requisitos de presença obrigatória na LDO, portanto temos que em 2023 a dívida fundada foi de R\$ 332.029.584,10, no entanto, a expectativa é que ela caia em 2024 para R\$ 288.196.583,90, mas volte a crescer por conta dos empréstimos previstos performando para 2025 o montante de R\$ 325.266.583,90, sendo que a medida que vamos amortizando vá diminuindo, neste caso teríamos para 2026 R\$ 315.283.583,90 e para 2027 de R\$ 271.145.583,90 (valores projetados). Os gastos com Juros e amortizações seguem em um caminho semelhante, ou seja, para 2023 o valor foi de R\$ 72.608.540,95 em 2024 irá para R\$ 82.607.000,00, para 2025 R\$ 85.520.00,00, para 2026 R\$ 70.733.000,00 e por fim para 2027 a projeção foi de R\$ 58.859.000,00. Dando prosseguimento, Cristiano, expôs sobre os principais Investimentos e Ações de cada secretaria previstas na LDO 2025 que são: na secretaria de Governo o programa de Direitos Humanos e Políticas Públicas Transversais, políticas públicas para mulheres, Programa Viva Mais, fundo municipal do Idoso Serviço de Publicidade e Propaganda da prefeitura, Ações De Comunicação, e Qualificação Profissional, o que totalizariam R\$ 9.391.000,00 (recursos do tesouro), já a secretaria de Chefia do Executivo temos Fundo Municipal de Solidariedade e Controle Interno (setor da prefeitura que fiscaliza a própria prefeitura) total de R\$ 601.000,00; A Inclusão Social tem projetado quase R\$ 21.000.000,00 de recurso do tesouro e dois milhões proveniente de convênios dentre as ações podemos citar Proteção Social Básica (FMAS), Proteção Social Especial de Alta Complexidade (FMAS), Proteção Social Especial de Média Complexidade (FMAS), Bolsa Família (Auxílio Brasil)– IGDBF – (FMAS), Programa Primeira Infância (Criança Feliz), Fundo da Criança e do Adolescente (FUNCRIA), Estruturação da Rede SUAS, Apoio A Iniciativas De Qualificação Profissional, Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária, Conselho Tutelar; Já pertinente a Secretaria de Educação temos Construção da Creche Jardim das Flores (recurso que depende de repasse do governo federal), Manutenção e reforma Predial de Unidades Escolares, Programa do Bolsa Creche, OSC para execução de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação para atendimento de crianças na modalidade Creche, serviços de transporte escolar, alimentação escolar, Segurança Alimentar, previsão de construção do Centro de Referência em Educação Alimentar e Nutricional (recurso Federal), Recursos do FUNDEB usado para folha de pagamentos dos servidores da educação; Junto à secretaria de Cultura temos o programa Música para Todos, fomento e incentivo à Cultura e Cidadania, Gestão, Realização e Promoção de Eventos Culturais; Perante a Secretaria de Esportes as principais ações são as reformas de Unidades de Esportes, Esporte para Todos



(Materiais Esportivos, Taxas das Ligas e Federações Esportivas, Arbitragem dos Campeonatos, manutenção e conservação dos campos de Futebol e Bolsa atleta) e Gestão, Realização e Promoção de Eventos Esportivos. Em atenção a secretaria do Meio Ambiente as principais ações são Recuperação Ambiental (Manutenção da Arborização, Extrações e Podas de Árvores) Recuperação da área verde do Parque de Santa Maria, Gestão de Resíduos Sólidos, Produção e Manutenção de mudas, proteção e Bem Estar Animal (programa de cuidado dos animais abandonados), Fundo de Meio Ambiente; a secretaria de Habitação temos as ações de Auxílio Moradia e Regularização De Áreas De Interesse Social; A secretaria de Serviços Urbanos temos Limpeza Urbana (coleta de Lixo); Manutenção da Infraestrutura Urbana (Serviços de limpeza e conservação de vias e serviços de recuperação asfáltica); Manutenção e Conservação de Praças, Parques e Jardins, Serviço de Iluminação Pública (atrelado a CIP, manutenção da rede que vem na conta de força e luz); as principais ações da secretaria de Obras são Ampliação e Aperfeiçoamento da Iluminação Pública/ PPP, Construção de Usina fotovoltaica, Programa de Infraestrutura Urbana e Desenvolvimento Urbano Sustentável, Preservação Ambiental e Modernização – PDUSPAM, Recapeamento asfáltico na Estrada Municipal Pedrina Guilherme, Recapeamento asfáltico de diversas vias do município – fase 07 e 08, reforma de Praças e Parques e Drenagem rua Jurandir Silvério – Jardim Minda, obras e serviços que serão realizados através de recursos de convênios federais e estaduais; as ações a serem realizadas pela secretaria de Mobilidade Urbana podemos destacar Implantação e manutenção de ciclovias, implantação e manutenção dos serviços de trânsito (radar, correio, Prodesp e materiais de sinalização), Educação para Mobilidade, controle e gestão do Sistema de transporte e ainda aquisição de ônibus elétricos (recurso externo) previsto para 2025; ações da secretaria de Segurança temos Gestão Operacional da Segurança (aquisição de munições, coletes, uniformes, armamentos, sistema de videomonitoramento e monitoramento OCR e locações de equipamentos tecnológicos com capacidade de atendimento remoto e ações da Defesa Civil, Cristiano observou que dentre os valores apresentados não estão incluídas a folha de pagamento dos servidores. Na saúde temos reforma do Hospital, construção CER, 3 CAPS, UBS Vila real, reformas da UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) Nova Hortolândia, Amanda e Rosolem, Gestão dos Serviços de Saúde, aquisição de medicamentos, atendimento de sentenças judiciais, Análises Laboratoriais, Programa de desenvolvimento de carreira do Servidor – da Saúde e combate e prevenção DST/AIDS; Programa Cidade Digital, Cidade Planejada e Programa de Infraestrutura Urbana e Desenvolvimento Sustentável pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Gestão Estratégica; as Ações de assistência à saúde do servidor, Concessão de benefícios assistenciais ao servidor, Concessão de auxílio de transporte ao servidor, Gestão do Patrimônio do Município, Programa de desenvolvimento de carreira do servidor e Escola de Gestão na Secretaria de Administração e Gestão de Pessoal; Fomento ao desenvolvimento Econômico (Poupa Tempo) e Fomento ao Turismo na Secretaria de Desenvolvimento Econômico; o PROCON pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos; por fim, ressaltou que estas são as principais ações. Finalizando a sua apresentação Cristiano agradeceu aos presentes e devolveu a palavra ao



Pedro que abriu a sessão para os questionamentos da população, neste momento o munícipe que se identificou com Matheus ponderou por três questionamentos dentre os quais 1) sobre o dinheiro público presente nas contas bancárias, como são feitas as aplicações (critérios para investimentos, quem escolhe)? 2) quais os índices de alugueis? Custos Administrativos e os impactos do novo prédio? 3) estimativas de emendas parlamentares? Cristiano em seu turno iniciou as respostas pelo último questionamento 3) são considerados para o provisionamento as emendas já assinadas, o que não quer dizer que já estão na conta, mas não se trata de pedido, mas sim, aqueles que já possuem ratificação, respeitando as etapas para liberação do recurso; 2) reajustes dos alugueis, atualmente, estão baseados no IPCA, uma vez que é mais benéfico para a prefeitura lembrou que o IGPM não reflete de forma precisa, portanto, adotou o IPCA com todos os contratos, não apenas os de aluguel, ressaltou que o custeio da secretaria de finanças é apenas da finanças, cada secretaria tem o seu custeio. A construção do novo paço trata-se de uma operação de crédito contraída em 2021/2022 e a prefeitura já vem adimplindo o pagamento parcelado; 1) Critérios para aplicação dos valores é definido pelo diretor da área financeira, mas não há regras para estes investimentos explicou que a maior parte dos recursos públicos estão em bancos públicos, Banco do Brasil e Caixa e são investimentos como CDI por exemplo, nunca em investimentos de riscos satisfazendo as indagações do sr. Matheus. Outro munícipe o sr. Antônio Perugio iniciou o seu questionamento informando que o custo anual do paço municipal atual deve ser algo em torno R\$ 1.600.000,00, deixando claro que se trataria de um valor calculado por ele, se tal valor seria economizado pelos cofres públicos, e ainda se o paço novo seria proveniente de PPP (Parceria Publico Privada) uma vez que tal informação estaria sendo divulgada pela cidade. Cristiano interpelou positivamente para o custo do paço atual, sinalizando que o número citado por sr. Antônio não estava tão longe do valor a ser economizado pela prefeitura e ainda respondeu pela negativa quanto a Parceria Pública Privada, na construção do novo paço municipal, ressaltou que o terreno já é da prefeitura e a construção é proveniente de uma operação de crédito, houve uma licitação e que após a conclusão da obra o prédio será incorporado ao patrimônio da prefeitura lembrou que a economia gerada irá auxiliar no pagamento da operação de crédito. O munícipe Matheus pediu a palavra novamente, e perguntou sobre as possíveis alterações da LDO, Cristiano informou que nesta hipótese será confeccionado um projeto de lei para qualquer alteração da LDO, sendo que o projeto será destinado ao poder legislativo, que esta possível alteração deve estar prevista no corpo da lei a ser alterada. Considerando que mais nenhuma pergunta foi realizada, Pedro agradeceu a participação dos presentes dando por encerrada a audiência pública da LDO 2025 às 20:03, eu Willian Tetsuo Hosaka Bifon, servidor do Departamento de Planejamento Orçamentário, lavrei a presente ata e a ratifiquei.

WILLIAN  
TETSUO  
HOSAKA  
BIFON:2265873  
6835

Assinado de forma  
digital por WILLIAN  
TETSUO HOSAKA  
BIFON:22658736835  
Dados: 2024.04.12  
14:31:50 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARTICIPATIVA DE ELABORAÇÃO DA LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

REALIZADA EM 10/04/2024 - ÀS 19h00

Local: Auditório da EMEF Profª Marleciene Priscila Presta Bonfim – Rua Maria Lourdes Cangleriani, 92 – Remanso Campineiro – Hortolândia-SP

A audiência está sendo gravada para fins de documentação e transparência, e as imagens e som das falas serão coletadas para fins de comprovar a participação dos munícipes nesta atividade, em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, art. 7º, III. Em caso de dúvidas, sugestões ou informações, contatar o Encarregado dos Dados do Município, Ailton Fabiano Vendramini, através do email: [lgpd@hortolandia.sp.gov.br](mailto:lgpd@hortolandia.sp.gov.br).

Nome	Conselho / Entidade	Assinatura
Ana Paula Portugal Ferreira	Jurídico	[Assinatura]
Jenifer Caroline de Oliveira Bary	Governo	[Assinatura]
de gonçalo gonçalo de menezes	Jurídico	[Assinatura]
Sergio R. Catu	Segurança	[Assinatura]
Matheus Teruhiko W. Silva	Jurídico	[Assinatura]
Diago da Cunha Ramos	CME	[Assinatura]
Márcia Luiza R M Bore	SMS	[Assinatura]
<del>João Fernando de Almeida</del>		
Rilvanis Mantovani Parreira		Rilvanis
ASUNCIO FARIAS		
Jasely Elvira Angula Rocha		
Bligo Inodo nascauto		



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARTICIPATIVA DE ELABORAÇÃO DA LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025  
REALIZADA EM 10/04/2024 - ÀS 19h00

Local: Auditório da EMEF Profª Marleciene Priscila Presta Bonfim – Rua Maria Lourdes Cangleriani, 92 – Remanso Campineiro – Hortolândia-SP

A audiência está sendo gravada para fins de documentação e transparência, e as imagens e som das falas serão coletadas para fins de comprovar a participação dos munícipes nesta atividade, em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, art. 7º, III. Em caso de dúvidas, sugestões ou informações, contatar o Encarregado dos Dados do Município, Ailton Fabiano Vendramini, através do email: lgpd@hortolandia.sp.gov.br.

Nome	Conselho / Entidade	Assinatura
Edson N. Santos	PMH - ESPORTE	
Jurandirama Fanchon B. Gil	PMH - S.M.A.J	
Antonio Regis Fregid	SECRETARIA DE FINANÇAS	
ANTONIO AGNÉIO BONADIO	SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA	
Sandra Zaitz	SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA	
Albino Barreto Souza e Silva		
Priscila Cangner Domingues	PMH - SERV. URBANOS	
Guayana M. S. Lourenço	PMH - FINANÇAS	
Cleone A. D. Mantuan	PMH - SAÚDE	
William Lavelli Muraro	PMH - SAÚDE	
Magno Pereira da Silva	Prefeitura - Finanças	
Leoncio Otoniel Oliveira	Sec. Planejamento Urbano	



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARTICIPATIVA DE ELABORAÇÃO DA LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

REALIZADA EM 10/04/2024 - ÀS 19h00

Local: Auditório da EMEF Profª Marleciene Priscila Presta Bonfim – Rua Maria Lourdes Cangleriani, 92 – Remanso Campineiro – Hortolândia-SP

A audiência está sendo gravada para fins de documentação e transparência, e as imagens e som das falas serão coletadas para fins de comprovar a participação dos munícipes nesta atividade, em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, art. 7º, III. Em caso de dúvidas, sugestões ou informações, contatar o Encarregado dos Dados do Município, Ailton Fabiano Vendramini, através do email: lgpd@hortolandia.sp.gov.br.

Nome	Conselho / Entidade	Assinatura
Eraine Mello	Prefeitura	Eraine
William T. M. Ailton	Prefeitura	William
Fenifer m Nunes	Prefeitura	Fenifer m Nunes
Gabriel A. H. Gomeiro	Prefeitura	Gabriel A. H. Gomeiro
FABIO		FABIO
Isabel Cristina Margoto Saúde	Prefeitura / Finanças	Isabel Cristina Margoto
Carson Romallo S	Verdeiros	Carson
	Marcelin Bonfim	
Isabel Maria Souza		Isabel
Elaine Cristina de Souza	Sec. de Meio Ambiente	Elaine Souza
Eleone Kondratoski	Sec. de Meio Ambiente	Eleone



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARTICIPATIVA DE ELABORAÇÃO DA LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

REALIZADA EM 10/04/2024 - ÀS 19h00

Local: Auditório da EMEF Profª Marleciene Priscila Presta Bonfim – Rua Maria Lourdes Cangleriani, 92 – Remanso Campineiro – Hortolândia-SP

A audiência está sendo gravada para fins de documentação e transparência, e as imagens e som das falas serão coletadas para fins de comprovar a participação dos munícipes nesta atividade, em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, art. 7º, III. Em caso de dúvidas, sugestões ou informações, contatar o Encarregado dos Dados do Município, Ailton Fabiano Vendramini, através do email: lgpd@hortolandia.sp.gov.br.

Nome	Conselho / Entidade	Assinatura
Célio Cavalcanti Barbosa	Jurídico	
Tábora Proletti	CAC.S-FUNDEB	
Marcelo Machado Oliveira	Jurídico	
Raulo A. G. do Est.	SMEL	
Georgius Menegoto	SEC. EDUC. - AEX. TECNOLOGIA	
Simone A. Antonel	Sec. Educação	
Jaqueline Augusto Guvano	Jurídico	
Opavida Bambini Naida	G. Saúde	
Alessandra R. S. Ghualdele	Jurídico	
Ivone da Silva	sec. Finanças	
Julia Fobes		
Solange Pereira	EJA	



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARTICIPATIVA DE ELABORAÇÃO DA LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

REALIZADA EM 10/04/2024 - ÀS 19h00

Local: Auditório da EMEF Profª Marleciene Priscila Presta Bonfim – Rua Maria Lourdes Cangleriani, 92 – Remanso Campineiro – Hortolândia-SP

A audiência está sendo gravada para fins de documentação e transparência, e as imagens e som das falas serão coletadas para fins de comprovar a participação dos munícipes nesta atividade, em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, art. 7º, III. Em caso de dúvidas, sugestões ou informações, contatar o Encarregado dos Dados do Município, Ailton Fabiano Vendramini, através do email: lgpd@hortolandia.sp.gov.br.

Nome	Conselho / Entidade	Assinatura
Marcia de Estino		
Antonia P. Santos	Mizante	
Sauir Maria C Santos	Campes Verdes	
Saina Benina	Servicos Urbanos	Saina Benina
VICTOR YAGO SILVA DA COSTA		VICTOR YAGO S. DA COSTA
ROSANGELA F. GONZ	Conselho Municipal Saúde	Ros
Alan Jefferson		Alan
Maria do Socorro	Banco Gestor de	Maria
Karina F. Souza	Sec de governo	Ke
Josefa Rodrigues de Saabed	INTERLAGOS	Josefa
Leis Clauda		
Juan Gomes	Jd. Colúcia	Juan



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARTICIPATIVA DE ELABORAÇÃO DA LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

REALIZADA EM 10/04/2024 - ÀS 19h00

Local: Auditório da EMEF Profª Marleciene Priscila Presta Bonfim – Rua Maria Lourdes Cangleriani, 92 – Remanso Campineiro – Hortolândia-SP

A audiência está sendo gravada para fins de documentação e transparência, e as imagens e som das falas serão coletadas para fins de comprovar a participação dos munícipes nesta atividade, em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, art. 7º, III. Em caso de dúvidas, sugestões ou informações, contatar o Encarregado dos Dados do Município, Ailton Fabiano Vendramini, através do email: lgpd@hortolandia.sp.gov.br.

*maior madalena da Silva*

Nome	Conselho / Entidade	Assinatura
<i>Juago Roque Franco</i>	<i>Obras</i>	<i>Juago Franco</i>
<i>moisés ovelo</i>		
<i>William C dos Santos</i>		<i>William</i>
<i>mauro Aparecida de Jesus</i>		
<i>Shais Aguiar de Aguiar</i>	<i>Secretaria Educação</i>	<i>Shais</i>
<i>Juliana S Zaratti</i>	<i>     </i>	<i>Juliana</i>
<i>Gabrielle do Amorol de Aguiar</i>	<i>Finanças</i>	<i>Gabrielle Amorol</i>
<i>Jose Francisco R. Vedug</i>	<i>Santa Fé</i>	
<i>Sandra Reis Pereira</i>	<i>SANTA FÉ</i>	<i>Sandra</i>
<i>Satira Lima</i>	<i>Administração</i>	<i>Satira</i>
<i>Marta Diqueiro</i>	<i>Taquara Branco</i>	<i>Marta S.</i>
<i>Leandro Ap. Bento de Jesus</i>	<i>S.M.I.D.S</i>	<i>Leandro</i>



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARTICIPATIVA DE ELABORAÇÃO DA LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

REALIZADA EM 10/04/2024 - ÀS 19h00

Local: Auditório da EMEF Profª Marleciene Priscila Presta Bonfim – Rua Maria Lourdes Cangleriani, 92 – Remanso Campineiro – Hortolândia-SP

A audiência está sendo gravada para fins de documentação e transparência, e as imagens e som das falas serão coletadas para fins de comprovar a participação dos munícipes nesta atividade, em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, art. 7º, III. Em caso de dúvidas, sugestões ou informações, contatar o Encarregado dos Dados do Município, Ailton Fabiano Vendramini, através do email: [lgpd@hortolandia.sp.gov.br](mailto:lgpd@hortolandia.sp.gov.br).

Nome	Conselho / Entidade	Assinatura
Ona Paula da Silva		Angela
Quirineide D. Freitas		[Assinatura]
Luciana Soc. Servicos		[Assinatura]
Alcino Correa		[Assinatura]
GUSTAVO AZARIAS		
Bucilose		
Helicia S B de Souza		Helicia S B de Souza
Raque Igotti A Ferraz	SMECT	[Assinatura]
Simone N. Montenegro		[Assinatura]
Eraldo Lima de Carvalho	J.D. Miranda	Eraldo
Osmar Junior	S. Assuntos Judiciais	[Assinatura]
Pedro Miguel		Pedro Miguel



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARTICIPATIVA DE ELABORAÇÃO DA LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

REALIZADA EM 10/04/2024 - ÀS 19h00

Local: Auditório da EMEF Profª Marleciene Priscila Presta Bonfim – Rua Maria Lourdes Cangleriani, 92 – Remanso Campineiro – Hortolândia-SP

A audiência está sendo gravada para fins de documentação e transparência, e as imagens e som das falas serão coletadas para fins de comprovar a participação dos munícipes nesta atividade, em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, art. 7º, III. Em caso de dúvidas, sugestões ou informações, contatar o Encarregado dos Dados do Município, Ailton Fabiano Vendramini, através do email: lgpd@hortolandia.sp.gov.br.

Nome	Conselho / Entidade	Assinatura
Valéria L. de Souza Pereira	mobilidade urbana	Valéria
Marlene Paes Cavalcante		
Carlos Bonifácio		
CARLOS BONIFÁCIO BONI	SEC. DE SEGURANÇA	
Roberto Carlos de Moraes		
Gislaine R. Mantovani	Secret. Cultura	Gislaine R. Mantovani
Aglata Priscila R. Benassi	jd. Santa Luzia	Aglata Priscila R. Benassi
Marcos das Neves Soares	Conselho de Saúde	MTD
Demivaldo M. da Encarnação	Presidente da Comissão LGPT.	
Andréia de S. Guimarães	Sec. Finanças	
Rejota Albuquerque do Carmo	Sec. Saúde	Rejota
Jeani Caxre	SMS	



PREFEITURA MUNICIPAL DE HORTOLÂNDIA  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARTICIPATIVA DE ELABORAÇÃO DA LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2025

REALIZADA EM 10/04/2024 - ÀS 19h00

Local: Auditório da EMEF Profª Marleciene Priscila Presta Bonfim – Rua Maria Lourdes Cangleriani, 92 – Remanso Campineiro – Hortolândia-SP

A audiência está sendo gravada para fins de documentação e transparência, e as imagens e som das falas serão coletadas para fins de comprovar a participação dos munícipes nesta atividade, em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, art. 7º, III. Em caso de dúvidas, sugestões ou informações, contatar o Encarregado dos Dados do Município, Ailton Fabiano Vendramini, através do email: lgpd@hortolandia.sp.gov.br.

Nome	Conselho / Entidade	Assinatura
Janini Alves		Janini Alves
Lucia		Lucia
Seurival de Jesus		Seurival de Jesus
Johanna G. D. Carvalho		Johanna G. D. Carvalho
Camila Natani O. Carvalho		Camila Natani O. Carvalho
Demerson Duduig Ferreira	Recamio do Sol	Demerson Duduig Ferreira
Giordana N. Noto G. G. J. J.	conselho Saude / mulher	Giordana N. Noto G. G. J. J.
FABIA CELIA D. SILVA	CONSELHO FUNDGB (PRESIDENTE)	FABIA CELIA D. SILVA
Antônio E. S. Carneiro	Secretaria de Educação	Antônio E. S. Carneiro
Luciano Henrique	Jardim Campos Verdes	Luciano Henrique
Thiago Vinícius	Jardim Campos Verdes	Thiago Vinícius
Aline Ap. J. da Silva	Juc. de Finanças	Aline Ap. J. da Silva

